

ATA NÚMERO 7/XIII/ 1.ª SL

Aos 15 dias do mês de dezembro de 2015, pelas 15h00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição conjunta, pela Comissão de Trabalho e Segurança Social e da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, da Federação de Sindicatos da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos (FESAP) em relação às iniciativas legislativas:

- a. Projeto de Lei n.º 18/XIII (1.ª) Reposição das 35 horas de trabalho semanal na Administração Pública (PEV)
- b. Projeto de Lei n.º 34/XIII (1.ª) Extinção das reduções remuneratórias na administração pública (PS)
- c. Projeto de Lei n.º 35/XIII (1.ª) Extinção da contribuição extraordinária de solidariedade (PS)
- d. Projeto de Lei n.º 39/XIII (1.ª) Estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro (PSD/CDS-PP)
- e. Projeto de Lei n.º 42/XIII (1.ª) Extinção da sobretaxa do IRS (PS)



ATA NÚMERO 7/XIII/ 1.ª SL

Audição conjunta, pela Comissão de Trabalho e Segurança Social e da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, da Federação de Sindicatos da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos (FESAP) em relação às iniciativas legislativas:

- a. Projeto de Lei n.º 18/XIII (1.ª) Reposição das 35 horas de trabalho semanal na Administração Pública (PEV)
- b. Projeto de Lei n.º 34/XIII (1.ª) Extinção das reduções remuneratórias na administração pública (PS)
- c. Projeto de Lei n.º 35/XIII (1.ª) Extinção da contribuição extraordinária de solidariedade (PS)
- d. Projeto de Lei n.º 39/XIII (1.ª) Estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro (PSD/CDS-PP)
- e. Projeto de Lei n.º 42/XIII (1.ª) Extinção da sobretaxa do IRS (PS)

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social, Deputado Feliciano Barreiras Duarte (PSD), que presidiu à reunião, copresidida pelo Senhor Vice-Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, Deputado Paulo Trigo Pereira (PS), deu as boas vindas aos representantes da Federação de Sindicatos da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos (FESAP), dando início à audição.

O dirigente da FESAP, José Abraão, na sua alocação inicial, começou por manifestar o posicionamento da Federação sindical em relação às iniciativas em apreço, em especial as respeitantes à reversão das reduções remuneratórios e da sobretaxa, chamando a atenção para a gravidade da situação atual face à realidade de serem já mais de trezentos mil os trabalhadores da administração pública que na última década



ATA NÚMERO 7/XIII/ 1.ª SL

não tiveram nenhuma valorização, ou perspetiva de valorização profissional, no quadro do congelamento de progressões e promoções que ainda subsiste. Deu nota, também, da necessidade de pôr termo ao regime de requalificação profissional em mobilidade especial, explanando sobre as respetivas consequências e o universo de trabalhadores afetados, e finalizou com um apelo à revisão da primeira e da segunda posições da tabela remuneratória única, cuja conceção entende ser defeituosa, de modo a ultrapassar as situações de injustiça evidenciadas com a subida do valor do salário mínimo nacional para quinhentos e trinta euros.

Usaram da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados Carla Barros (PSD), para reconhecer a importância das questões indicadas pela FESAP e tomar boa nota das posições tomadas por aquela organização sindical; Paulo Trigo Pereira (PS), para salientar a reversão, através das iniciativas em referência, do ataque e suspeição sobre o sector público e o trabalho em funções públicas desenvolvidos na anterior Legislatura; Joana Mortágua (BE) para notar o facto de a austeridade imposta nos últimos anos ter sido particularmente severa para os funcionários públicos, sobre os quais recaíram cerca de vinte por cento dos cortes, e para questionar qual a perceção da FESAP sobre a quantidade de serviços públicos que dependem do abuso laboral para cumprir as respetivas missões públicas; Filipe Lobo D'Ávila (CDS-PP) para registar que, mais do que alterações de substância nas decisões nestas matérias, que já estavam tomadas, o que difere agora é o ritmo proposto para estas reversões; Rita Rato (PCP), para assinalar a nova correlação de forças no quadro parlamentar que permite as iniciativas em discussão e para questionar qual o número de trabalhadores nas primeiras posições da tabela remuneratória única e se a FESAP já foi ouvida pelo Governo, tendo de seguida o Senhor Presidente da CTSS dado a palavra ao dirigente da FESAP, José Abraão, que respondeu conjuntamente às questões suscitadas.

A reunião foi gravada, constituindo a <u>gravação</u> parte integrante da presente ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

A reunião foi encerrada às 16h45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



ATA NÚMERO 7/XIII/ 1.ª SL

Palácio de São Bento, 21 dezembro 2015.

O PRESIDENTE

FELICIANO BARREIRAS DUARTE



ATA NÚMERO 7/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro Carla Barros Clara Marques Mendes Feliciano Barreiras Duarte Filipe Lobo D' Ávila Isabel Pires Joaquim Raposo Luís Soares Maria das Mercês Borges Paulo Duarte Marques Pedro Roque Ricardo Bexiga Rita Rato Sandra Pereira Sofia Araújo Sónia Fertuzinhos Susana Lamas Tiago Barbosa Ribeiro Álvaro Batista António Gameiro Diana Ferreira Helga Correia Inês de Medeiros Joana Mortágua

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva Joana Barata Lopes José Moura Soeiro Rui Riso

Manuel Rodrigues

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Wanda Guimarães

